

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**64ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de dezembro de 2014.**

## **PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com a finalidade de fazer a entrega do Título de Cidadão Baiano ao Exmº Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mendes de Farias Mello proposta pelo deputado Elmar Nascimento, Líder da Minoria e deputado Zé Neto Líder da Maioria.

Convido para compor a Mesa o Sr. Desembargador, Jatahy Júnior, representante do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eserval Rocha; convido o Sr. Prefeito da Cidade do Salvador, ACM Neto; convido o Sr. Procurador Geral de Justiça, Márcio Fahel; convido a Sra. Defensora Pública Geral, Vitória Bandeira; convido o Sr. Diretor da Faculdade de Direito, professor Celso Castro, representante do reitor da Universidade Federal da Bahia, professor João Carlos Sales Pires da Silva; convido o Sr. Deputado Paulo Azi, primeiro-secretário desta Casa; convido o deputado Zé Neto, Líder do Governo, proponente desta sessão; convido o deputado Elmar Nascimento, também proponente desta sessão, líder do Bloco Minoritário e convido o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Inaldo Araújo. (Palmas.)

Designo uma comissão composta pelos deputados Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Luciano Simões, Maria Luiza Laudano, Reinaldo Braga, Sandro Régis e Tom Araújo para conduzirem o Sr. Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello e o governador do Estado Jaques Wagner e este recinto.

(Os Srs. Deputados conduzem o homenageado ao Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouviremos o Hino Nacional, executado pelo cabo Carlos Lima e pelo subtenente Josué da Paz, da Polícia Militar da Bahia.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Elmar Nascimento, proponente desta sessão, para fazer a saudação ao homenageado.

**O ELMAR NASCIMENTO:-** Sr. Deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa Estado da Bahia; Exmº Sr. Jaques Wagner, governador do

Estado da Bahia; Exmº Sr. Desembargador Jatahy Júnior, representante do presidente do Tribunal de Justiça Estado da Bahia; Exmº Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal e homenageado; Exmº Sr. Antônio Carlos Magalhães Neto, prefeito da cidade do Salvador; Sr. Márcio Fabel, procurador-geral da Justiça; Sr. Celso Castro, professor da Faculdade de Direito, representante do reitor da UFBA; Srª Vitória Bandeira, defensora pública geral; Sr. Inaldo Araújo, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; Sr. Deputado Zé Neto, proponente da sessão, querido amigo; Sr. Paulo Azi, 1º Secretário desta Casa, tive o privilégio, em julho próximo passado, durante a Copa do Mundo, de conhecer o homenageado de hoje, o ministro Marco Aurélio, no camarote de um amigo em comum que aqui se encontra, Marcos Moura.

Nós que acompanhamos a TV Justiça e observamos um dos maiores juristas que o nosso País produziu, não temos a noção do homem simples que é o ministro Marco Aurélio de Mello. O mês passado, o Líder do Governo, deputado Zé Neto, procurou-me e disse que precisava de um favor, porque protocolaria, atendendo a um pedido da primeira-dama do Estado, o projeto de resolução para conceder o título de cidadão ao ministro Marco Aurélio. Eu disse: Zé Neto, eu não vou poder atender-lhe, porque Marco Moura tinha me pedido a mesma coisa e ACM Neto não vai me perdoar se eu assinar esse negócio e não participar. Ele disse: não tem problema, você assina junto comigo.

Isso dá a dimensão da grandeza do homenageado, pois hoje se unem, através das suas lideranças, a Liderança da Maioria e a Liderança da Minoria, para reverenciar e homenagear V.Exª, ministro Marco Aurélio.

(Lê) “Há um verso atribuído a Horácio, numa de suas famosas Geórgias, onde ele filosofa dizendo: Labor omnia vincit improbus.

Numa tradução livre, sem as concessões da literalidade, Horácio escreveu que nada resiste a um trabalho justo e perseverante.

Rui Barbosa, não sei se por casualidade ou conscientemente, numa passagem de sua famosa Oração aos moços, disse: De nada aproveitam leis, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos o essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder, quanto na sua missão.

É sempre bom recordar o ilustre Baiano Rui.

Recordemo-lo, pois, uma vez, em sua Oração moços: Justiça atrasada não é justiça, senão a injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito das partes e, acima de tudo, as lesa no patrimônio, honra e liberdade.

Os juízes tardeiros são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra, como a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinquente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente.

Senhor presidente, Sr. Ministro, Sr. Governador. Senhoras e senhores deputados, recorri a Horácio, que deixou o mundo dos vivos no século VIII antes de

Cristo, e a Rui Barbosa, que nos deixou no ano de 1923, para destacar dois dos principais predicados em que nos baseamos, eu e meu querido colega de trabalho, o deputado Zé Neto”, representando as nossas respectivas bancadas, “para a proposição do título de cidadania baiana que, com justiça, esta Casa outorga hoje ao eminente jurista Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

Inteligente, lúcido, independente e conciliador, a Justiça, em particular, e a vida pública brasileira, no geral, vão sentir muito a sua ausência quando, dentro de dois anos, ministro Marco Aurélio, vossa excelência tiver que se aposentar, compulsoriamente, aos 70 anos, no auge de sua produção intelectual.” Quem sabe a gente não possa mudar isso, no Congresso Nacional, já que os baianos, na sua generosidade me concederam a oportunidade de me eleger deputado federal. (Lê) “Lamento mais uma vez que não se tenha aprovado a Proposta de Emenda Constitucional – que elevava de 70 para 75 anos de idade o limite da aposentadoria compulsória no serviço público, o que daria ao país a oportunidade de poder contar por mais cinco anos com a inestimável colaboração de homens fora de série como vossa excelência, ministro Marco Aurélio.

Os dois predicados a que há pouco aludi são a perseverança e a busca incansável do justo em suas ações.

Os males dos três poderes da república brasileira, sabemo-lo bem, quer no Judiciário, no Legislativo ou no Executivo, não se superam por obra exclusiva de um só homem, numa única administração.

No entanto, em toda a história da humanidade, as grandes transformações, quer econômicas, quer sociais, quer as culturais, em suma, em qualquer Setor da vida das comunidades, sempre dependeram das iniciativas individuais, para o bem, ou para o mal.

Eu vislumbro em vossa excelência, ministro Marco Aurélio Mello, mais que um ministro, a encarnação de um padrão de cabeça pensante de que o Brasil necessita para tirá-lo do estado de perplexidade e de dúvidas em que se encontra frente ao seu futuro e mesmo ao seu presente;

E o pior, sem meios nem perspectivas aparentes, para romper os horizontes sombrios que o sufocam, para superar seus baixíssimos índices de desenvolvimento econômico e social.

Vossa Excelência pertence a um Poder que, como o Legislativo, a que pertence, apesar da independência constitucional, sente-se na prática, na maioria das situações, de mãos e pés atados.

A verdade é que o Legislativo e o Judiciário, no Brasil de nossos dias, padecem da síndrome da capitis diminutio, sentem-se compulsoriamente diminuídos em sua capacidade até para resolver as coisas mais simples do cotidiano;

Entendo que não basta um julgamento justo e célere;

É evidente que qualquer assistência prestada pelos poderes públicos tem que levar a marca da agilidade;

Se a assistência é patrocinada pelo Poder Judiciário, o justo também tem que ser perseguido, como condição indispensável à realização da prática que se colima.

Mas, dizia que não basta um julgamento justo e célere;

É preciso também aliviar o peso da responsabilidade do Judiciário;

Urge reduzir o elevado número de conflitos pessoais e sociais que sobrecarregam os foros brasileiros, especialmente os de entrâncias inferiores.

Sei que nem sempre a beleza consegue conviver em harmonia com a força, mas seu currículo, ministro Marco Aurélio, é belo e é forte;

Sugiro que recorra a ele para insinuar nossos legisladores e nossos executivos a produzir medidas que reduzam de um lado o elevado número de conflitos pessoais e sociais, transformando o Brasil um dos países de maior índice de violência e criminalidade do mundo;

E, do outro lado, contribuam para um melhor desempenho da Justiça brasileira, livrando-a, inclusive, da nódoa da morosidade que a estigmatiza.

O país há muito clama por reforma agrária, por reforma política, pela reforma da legislação civil e da legislação penal, entre outras;

Acho de extrema importância que, no rastro das reformas que se projetam, inclua-se, também, a do Poder Judiciário, cujo órgão máximo de decisão, o Supremo Tribunal Federal, o senhor ministro tão bem dirigiu.

Como deputado, em minhas peregrinações pelo interior da Bahia – e não creio que no interior de outros estados brasileiros a situação seja diferente – tenho-me deparado com dezenas e mais dezenas de comarcas cuja situação de penúria é uma afronta, não só aos poderes do Estado, como ao cidadão.

Impossível pretender-se uma prestação jurisdicional moderna, ao alcance da comunidade, capaz de lhe atender aos apelos e anseios.

É inaceitável que ainda existam Brasil afora, inclusive na Bahia, comarcas sem juiz, outras cujos juízes são obrigados a atender a duas ou mais comarcas, nem sempre próximas umas das outras.

A consequência inevitável, além de um serviço de qualidade na maioria das vezes inferior, é o acúmulo de processos nos cartórios, muitos dos quais transformados em verdadeiros cemitérios de documentos inutilizados pelo tempo.

O título de cidadania baiana que esta Casa, com muita justiça, repito, lhe confere hoje, ministro Marco Aurélio, é um reconhecimento aos seus méritos de jurisconsulto consagrado e emérito professor universitário, mas tem o objetivo, também, de vinculá-lo mais à Bahia e aos graves problemas que, aflita, ela enfrenta, inclusive na área da Justiça.

Bom seria se vossa excelência tivesse o dom da ubiquidade, podendo estar presente, pessoalmente, onde quer que as necessidades coletivas se manifestassem.

Como ninguém tem as faculdades de Deus, a nós basta que o novo cidadão baiano se aproxime um pouco mais da Bahia, abraçando-a como o carinho que ela

sempre recebeu dos que aqui nascem ou aqui chegam para viver.

Eu já pedi a outro homenageado desta Casa e peço também a vossa excelência, ministro Marco Aurélio, que não veja no título que a Bahia lhe confere neste momento um simples título honorífico, igual aos muitos outros que vossa excelência já recebeu e certamente ainda irá receber ao longo de sua intensa vida.

Quero e espero que o guarde com o mesmo carinho com que recebeu, nos primórdios de sua adolescência e juventude, seus certificados de conclusão de curso dos colégios Souza Marques e Pedro II e da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Os dois primeiros, abrindo-lhe as portas do estrelato jurídico;

O de hoje, exaltando, como muita justiça, o trabalho de um brasileiro que dedicou – e dedica- sua vida, como no Gênio da Humanidade de Tobias Barreto, à edificação do bom, do justo e – sempre que lhe foi possível – do belo.

Não foi poeta com Homero, não foi profeta com Isaías, nem com Alexandre foi rei:

É Marco Aurélio, cujo nome esta Casa, a partir de hoje, abriga e simbolicamente coloca na galeria dos grandes construtores do Brasil.

Seja bem-vindo à sua nova terra natal, Sr. Ministro.”

Parafraseando o popular cantor Bel, do Chiclete com Banana, se você é baiano, Deus te abençoa. Se você não é, Deus te perdoa. Hoje Deus abençoa o mais novo baiano, o ministro Marco Aurélio.

Que o Senhor do Bonfim e todos os orixás o protejam e à sua família também.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Mestre de Cerimônias:- Registramos as presenças do deputado federal Paulo Magalhães e dos deputados estaduais Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Angelo Coronel, Augusto Castro, Luciano Simões, Maria Luiza Laudano, Reinaldo Braga, Sandro Régis e Tom Araújo.

Registramos também as presenças da Sr<sup>a</sup> Fátima Mendonça, presidente das Voluntárias Sociais, dos desembargadores Carlos Alberto Dutra Cintra e Paulo Furtado, do Procurador-Geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, do Sr. Carlos Costa, Secretário Extraordinário da Indústria Naval e Portuária, da Sr<sup>a</sup> Ariselma Pereira, Secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, do Dr. Maurício Barbosa, Secretário da Segurança Pública, Dr. Hélio Jorge, Delegado Geral da Polícia Civil, e do Sr. Coronel Souza Neto, que neste ato representa o Sr. Comandante Geral da Polícia Militar.

E com muita honra registramos ainda a presença do Dr. Roberto Rosas, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, e da Sr<sup>a</sup> Juíza Marielza Brandão, presidente da Associação dos Magistrados da Bahia. E em nome dela, as presenças dos Srs.

Juizes estaduais e da Sr<sup>a</sup> Juíza federal Karin Almeida de Medeiros.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar que estão na Mesa, a nosso convite, os ministros do Superior Tribunal de Justiça Humberto Eustáquio Soares Martins e Mauro Luiz Campbell Marques, que receberam Títulos de Cidadão durante uma outra sessão especial pela manhã. Os dois nos honram muito com suas presenças aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Zé Neto, Líder do governo e também autor da proposição, para fazer a saudação ao homenageado.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Boa-tarde a todos os presentes.

Quero saudar a Mesa, o nosso presidente Marcelo Nilo, que tão bem conduz esta Casa, o nosso querido governador Jaques Wagner, o qual, se não me engano, nestes 8 anos estará hoje aqui novamente, talvez já se despedindo desta brilhante trajetória em nosso Estado; o desembargador Jatahy Júnior, representante do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eserval Rocha; o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal e homenageado que muito nos honra, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello; os Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça Humberto Eustáquio Soares Martins e Mauro Luiz Campbell Marques; o Sr. Prefeito da cidade do Salvador, ACM Neto; o Sr. Procurador-Geral de Justiça Márcio Fabel; o Sr. Diretor da Faculdade de Direito da UFBA, Professor Celso Castro, que foi também meu professor lá; o representante do reitor da Universidade Federal da Bahia, professor João Carlos Salles Pires; a Sr<sup>a</sup> Defensora Pública-Geral, Dra. Vitória Bandeira; o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, nosso amigo Conselheiro Inaldo Araújo; um dos proponentes da sessão e também nosso amigo, o deputado Elmar Nascimento, e o 1º Secretário da Mesa, deputado Paulo Azi, um outro amigo nosso que igualmente hoje deve estar se despedindo dos eventos festivos da Casa, já que está eleito deputado federal.

(Lê) “Marco Aurélio Mendes de Farias Mello nasceu no Rio de Janeiro, capital, no dia 12 de julho de 1946. É filho de Plínio Affonso de Farias Mello e de Eunice Mendes de Farias Mello. Marco Aurélio Mello é casado com Sandra de Santis Mendes de Farias Mello, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com quem teve quatro filhos: Letícia de Santis Mendes de Farias Mello, bacharel em Direito, Renata de Santis Mendes de Farias Mello, Cristiana de Santis Mendes de Farias Mello, Procuradora do Distrito Federal, e Eduardo Affonso de Santis Mendes de Farias Mello.

Seu pai, Plínio Affonso de Farias Mello, natural de Alagoas, mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense em 1942, foi advogado do Banco do Brasil, da Liga do Comércio do Rio de Janeiro e da Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Estado do Rio de Janeiro. Devido à sua atuação profissional, Plínio Affonso é hoje considerado o patrono dos representantes comerciais pelo Conselho Federal da Classe.

Nascido e criado na cidade do Rio de Janeiro, Marco Aurélio completou os

cursos primário e médio nos Colégios Souza Marques, Cardeal Arcoverde e Veiga de Almeida. Concluiu o curso científico nos colégios 1º de Setembro e Pedro II.

Em 1973, formou-se em bacharel no curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo completado em 1982 o mestrado na área de Direito Privado.

(Lê) “Em 1981, depois de uma brilhante carreira, chegou a Brasília, nomeado ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho e, em 13 de junho de 1990, portanto, há mais de 20 anos, tomou posse no Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Madeira, chegando, inclusive, ao exercício da Presidência da aludida Corte de Justiça.

Nesse ínterim, o Ministro Marco Aurélio também se dedicou ao Magistério, participou de diversos eventos científicos e culturais, proferiu palestras, publicou artigos, recebeu inúmeras homenagens, comendas. Distinções, foi patrono, paraninfo, sem esquecer que, em cinco períodos distintos, ocupou o cargo de Presidente da República, sendo certo que em um deles sancionou a Lei que criou a TV Justiça e, posteriormente, inaugurou o seu estúdio, possibilitando sua entrada no ar em um dia bem significativo, 11 de agosto, data em que se comemora a criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Registre-se, ainda, que a caminhada de Marco Aurélio como Ministro da Suprema Corte é marcante. Reconhecido pela originalidade de seus votos, o ministro Marco Aurélio não se intimida ao defender posições minoritárias na corte, proferindo diversas vezes votos vencidos. Entretanto, em algumas ocasiões, o entendimento do ministro foi capaz de alterar o entendimento da corte, fazendo com que algumas de suas teses passassem de vencidas a vencedoras.

A tal ponto que um dos seus inúmeros livros publicados, tem como título “Vencedor e Vencido”, demonstra em seu teor que o fato de não estar com a maioria nas votações colegiadas não o frustra. Ao contrário, estimula a sua busca incessante da aplicação da melhor justiça, tendo como preceito basilar o ser humano no centro das decisões. É notória a magnífica contribuição do Ministro Marco Aurélio na interpretação da Constituição Cidadã, onde defende a ideia de que não se pode confundir atividade do judiciário com a do legislativo, ele alega que cabe ao judiciário apenas a interpretação da ordem jurídica, sempre vinculada ao Direito.

Com efeito, nada disso é novidade para aqueles que militam em quaisquer das carreiras jurídicas pelo Brasil afora”.

Ministro, nós, aqui na Casa, nesta semana, tivemos um momento muito importante com a CPI da Telefonia. No gabinete do deputado Marcelo Nilo, nosso presidente, tivemos a alegria de assinarmos um TAC depois de uma CPI longa que apurou muito minuciosamente as questões relacionadas à telefonia do nosso Estado.

Estavam lá todas as operadoras, mas estavam lá também todos os deputados, ou melhor dizendo, as representações desta Casa, Oposição e governo, fazendo, do meu ponto de vista, o que é mais importante para este Estado, neste momento, especialmente quando estamos a viver, talvez, o clímax de um processo de

fortalecimento democrático. Estavam lá os deputados, o deputado Paulo Azi, deputado de Oposição, figurando como presidente da Comissão, e, do outro lado, o deputado Joseildo Ramos, deputado do PT, figurando como relator da CPI.

O que isso tem a ver com este momento? Da mesma forma foi que nós, aqui, nesta Casa, nos reunimos num consenso absoluto em torno dessa homenagem ao ministro Marco Aurélio Mello, pelo homem que é, pela trajetória que tem e, principalmente, num momento em que alguns apostam em golpe. Nós apostamos na consolidação democrática.

Não haveríamos de passar de um estágio, eu diria, de uma certa dificuldade na ampliação do processo democrático sem os traumas que estamos vivendo. Ninguém se engane, o que não nos mata nos deixa mais forte. Isso minha vó me dizia, e é bem verdade. Não nos mataram, nossa democracia está mais forte e o papel das instituições, a cada dia, está mais determinado. V.Ex<sup>a</sup>, aqui, hoje, nesta Casa que tem aprendido cada dia mais o caminho da responsabilidade com os diálogos necessários para cumprir a missão pública, faz jus a esse encerramento de ano.

Meu amigo, meu governador, eu carrego comigo e também com a nossa Bancada uma grande lição, uma lição importante demais. Quando a nossa primeira dama me pediu para que eu fizesse essa solicitação à Casa, ela me colocou o motivo, a importância que tinha, do ponto de vista emblemático, para o nosso Estado fazer com que o ministro fosse homenageado. Quero dizer ao governador uma frase, inclusive, dele. Quero encerrar lembrando daquela conversa que tivemos, há duas semanas, que encaixa exatamente no perfil do ministro Marco Aurélio. V.Ex<sup>a</sup> me disse que nós, homens públicos, não precisamos ficar atrás de afirmações pessoais, nem de vaidades; que nós, homens públicos, precisamos nos desprever desses sentimentos e olhar onde a nossa gente, especialmente a nossa gente mais humilde, precisa chegar.

Seja bem-vindo esse novo baiano, a quem abraçamos com muito carinho.

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Mestre de Cerimônias:- Registramos as presenças do deputado Pastor Sargento Isidório; dos juízes Baltazar Miranda Saraiva, vice-presidente da Anamages, Jorge Barreto e do Ricardo D'Ávila; da juíza Lourdes Medauar; do promotor de Justiça Marcelo Guedes; do Sr. Francisco Nobre de Oliveira, presidente da Junta Comercial do Estado da Bahia; e do Sr. Claudelino Miranda, representante, neste ato, do Sr. Edivaldo Brito, professor e secretário de Assuntos Estratégicos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de convidar as filhas do homenageado Letícia de Mello e Renata de Mello, os deputados Paulo Azi, Elmar Nascimento e Zé Neto, o governador do Estado Jaques Wagner, e minha querida amiga Fátima Mendonça, que foi a primeira pessoa a sugerir esse título, para juntos entregarmos o Título de Cidadão Baiano ao ministro do Supremo Tribunal Federal



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

(O Homenageado Marco Aurélio Mendes de Farias Mello recebe o Título de Cidadão Baiano.) (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho a satisfação de passar a palavra ao nosso conterrâneo baiano ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. (palmas.)

**O Sr. MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO:-** É hora do reconhecimento. Presidente do Poder Legislativo do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo, senhores integrantes da Mesa, permitam-me saudações especiais a partir não só do melhor sentimento, como também a partir da razão. Ao término do segundo mandato como chefe do Executivo Estadual, dirijo-me ao fraterno amigo Jaques Wagner. Faço-o para testemunhar, de forma categórica e peremptória, que o cidadão a um só tempo carioca como eu e também baiano - já sou um cidadão baiano - é exemplo do que almejamos como homem público, como detentor de cargo público, tendo os olhos voltados a servir ao seu semelhante. Não preciso lançar mão da premonição para dizer que o futuro o aguarda de braços abertos. Dirijo-me também, observando até mesmo a confirmação de um predado da vida que é a tradição, ao chefe do Executivo Municipal, Antonio Carlos Magalhães Neto.

Sinto-me um cidadão eclético, porque logrei constatar que transito bem em todos os segmentos da política. Refiro-me à origem, em si, desta proposta, no que temos, como convém ao País, a união de duas forças: a força da Situação, no que a proposta partiu do deputado Zé Neto, e a força da Oposição, a oposição salutar, a oposição construtiva, no que a proposta teve o endosso do deputado Elmar Nascimento, do DEM.

Digo-lhes que sairei de Brasília de alma lavada, incentivado a persistir, a perseverar na arte de servir e de bem servir aos semelhantes.

Minha família, célula mater de nossas vidas: agradeço a presença da minha colega de sacerdócio, Letícia Mello, e da minha médica, já que em toda família devemos ter um médico, a minha Renata; magistrados presentes, colegas Humberto Martins e Mauro Campbell; membros do Ministério Público, aludindo ao chefe local do órgão, Dr. Márcio Fahel; Srs. Defensores Públicos, que hão de cuidar sempre dos menos afortunados; Srs. Advogados; Srs. Deputados integrantes desta Casa das Leis, Assembleia Legislativa Estado da Bahia; ao meu amigo que me empresta segurança, muito embora eu tenha um forte anjo da guarda, o Sr. Secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa; o meu amigo Marcos Moura, com quem convivo as melhores horas da vida em termos de satisfação e entretenimento; a minha madrinha, e assim a nomino, madrinha nesta imensa honra, Maria de Fátima Carneiro de Mendonça; os Srs. Advogados, classe que me viabilizou o primeiro cargo no ofício judicante, (Lê) “Prezados concidadãos muito me gratifica esta homenagem. Grande é a honra por passar a integrar, como cidadão, o Estado-berço de brasileiros notáveis, tanto pelo elevado talento artístico ou intelectual, quanto pela notória atuação política e singular desempenho na luta pela causa pública. Imaginem minha alegria ao ombrear, por naturalidade, homens e mulheres da estirpe de Antonio Velasco, Castro

Alves, Rui Barbosa, Jorge Amado, Dorival Caymmi, Zélia Gattai, João Ubaldo Ribeiro!...” – para apenas citar alguns – “(...) Imortais na obra, na dignidade e na forma pela qual levaram a Bahia aos demais continentes, refazendo, em sentido contrário, a travessia inaugural!

A Bahia, é sempre bom lembrar, foi o primeiro pedaço do Brasil que o mundo conheceu. Aqui chegou Cabral, com suas caravelas em 22 de abril de 1500, aqui foi celebrada a primeira missa, instalado o governo-geral, em 1548. Desde o nome do País – escolhido a partir do pau-brasil, matéria-prima cuja descoberta deu início à cobiça internacional por essas terras – até as demonstrações de eficiência na condução das políticas públicas, considerado o desenvolvimento sócio-cultural do Estado, passando pela explosão de talentos na área da música, pintura, dança e literatura, é infinita a contribuição da Bahia à formação da nacionalidade brasileira.

O heroísmo daqueles que, no início, defenderam esta terra das invasões estrangeiras ficou gravado na memória afetiva do povo, deixando um legado de honradez e bravura. É certo que em 1798, com a Conjuração Baiana, tentou-se a independência, mas, superado o ânimo separatista, redobrou-se a disposição no tocante à construção da identidade nacional.

O fio condutor da dignidade que aflora no povo local é a crença no respeito às diferenças. A convivência harmoniosa entre cores e credos decorre de amadurecimento espiritual. Ser baiano é muito mais do que o nascer dentro de determinado território, é um estado de espírito manifestado na capacidade de amar, tolerar e conviver, de encontrar a medida entre lutar e ceder, trabalhar e divertir-se, progredir sem descaracterizar-se, crescer sem sair da infância, caminhar rumo ao futuro, sem esquecer as origens. Encanta-me esse olhar calmo, sereno e sorridente que aflora dos afortunados pela paz interior.

Tal tranquilidade, estou certo, não esconde comodismo. Tendo sido adquirida pelo trabalho árduo, forjada na determinação dos que de fato acreditam no próprio sonho e que não se furtariam a derramar a última gota de sangue para obter a realização dos ideais, resulta em incontáveis exemplos de dinamismo, liderança e criatividade. Ao firmar os olhos, percebo em cada qual um grande desejo de prosseguir, de ir mais longe, de construir uma coletividade diferente, melhor, mais inclusiva e próspera.

Esse também é o sentimento que toca meu coração. Incluo-me entre os que se embalam pelo idealismo e dele retiram a força para construir uma realidade transformadora. Mais e mais indignado com os acontecimentos que assolam a nação brasileira, mantenho o desejo de testemunhar o dia em que o País terá abolido obtusas mentalidades e viciadas práticas que desaguam na perniciosa junção entre o privado e o público, usando-se o segundo como meio de fazer crescer o primeiro, quando deveria ocorrer justamente o contrário, cada um dar o melhor de si em proveito da sociedade, jamais pretendendo se beneficiar, privativa e ilicitamente, da coisa pública, dos bens que a todos pertencem. Continuo a almejar um Brasil livre da corrupção, dos desmandos, do uso desregrado da máquina administrativa.

Essa visão não é utópica. É possível e viável. Para tanto, mostra-se suficiente que ao menos a maioria esteja decidida a seguir o caminho por vezes mais difícil e tortuoso, afastando-se dos atalhos falaciosos que conduzem ao abismo da imoralidade, ilegalidade e abuso de poder. Já passou, e muito, da hora de dar um basta aos escândalos, aos roubos, aos desvios de dinheiro, ao aparelhamento do Estado, ao desgoverno. Nossa tão rica Nação é hoje malvista no exterior, está sendo objeto de investigação por entidades internacionais, desmoralizada naquilo que deveria ser nosso orgulho e pelo qual se deveria zelar: a ética, sinônimo da arte de bem proceder na vida social.

Por onde andar, levarei o grito de protesto pela desfaçatez com que se rouba as instituições nacionais, o inconformismo com a apatia demonstrada por quem tem a obrigação de coibir tais procedimentos infames e, às vezes, acaba seduzido pela vantagem política, pelo lucro fácil advindo de dinheiro sujo e, o clamor por mudanças profundas na mentalidade dos detentores do poder.

Tantas mazelas e decepções não minaram meu otimismo. Reafirmo a profissão de fé nas virtudes dos brasileiros, no brio de homens e mulheres que, indignados, ousarão levantar-se contra o torpor em que está mergulhado o País, arregaçando as mangas e cobrando as transformações necessárias, o fim desta noite escura em que se encontram algumas das instituições nacionais.

Acreditando nos mais elevados propósitos do povo baiano foi que adentrei esta Casa das Leis com esperança renovada. A deferência a mim conferida enche-me de confiança no surgimento de soluções que revigorem a cidadania, repercutindo no extermínio (e o vocábulo é próprio.) das falcatruas a que se tem dolorosamente assistido, chegando-se, num curto espaço de tempo, a um horizonte azul.

Tenho certeza de que dessas terras onde o Brasil começou se erguerá a voz capaz de extirpar a quadra de trevas vivida, materializando as palavras do belíssimo Hino da Bahia:

'Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações  
Cresce, oh! Filho de minha alma  
Para a Pátria defender  
O Brasil já tem jurado  
Independência ou morrer.'

Ao fim, deixo consignado o mais profundo agradecimento pela distinção de ser considerado Cidadão Baiano. Nordestino pelo sangue de meu pai, o alagoano Dr. Plínio de Mello, reafirma-se agora o elo pelas amarras definitivas do coração.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amigo, governador Jaques Wagner, provavelmente hoje é a última sessão de que participaremos, V.Ex<sup>a</sup> como governador do Estado e eu como presidente da Assembleia. Quero registrar que sentirei muita saudade de termos percorrido trechos durante 8 anos em defesa da Bahia. Parabéns pelo governo durante os 8 anos em que V.Ex<sup>a</sup> o exerceu.

Meu querido ministro do Supremo Tribunal Federal, baiano, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello; Sr. Desembargador Jatahy Júnior, representante presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Eserval Rocha.

Meu querido baiano, ministro do Superior Tribunal de Justiça Humberto Eustáquio Soares Martins; meu querido baiano, ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Luiz Campbell Marques; Sr. Prefeito da cidade do Salvador, ACM Neto; Sr. Procurador-Geral de Justiça, Márcio Fahel; Sr. Diretor da Faculdade de Direito, professor Celso Castro, procurador desta Casa, representante do reitor da Universidade Federal da Bahia, professor João Carlos Sales Pires; Sr<sup>a</sup> Defensora Pública-Geral, Vitória Bandeira; Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Inaldo Araújo; Sr. Proponente desta sessão, deputado Elmar Nascimento, eleito deputado federal, um dos deputados mais preparados deste Parlamento, a quem desejo sucesso na Câmara dos Deputados, representando a Bahia. Meu querido amigo deputado Zé Neto, um dos deputados mais assíduos, respeitados e preparados desta Casa; meu querido amigo fraternal, primeiro-secretário desta Casa, Paulo Azi, sem dúvida nenhuma, um dos grandes articuladores que passou por este Parlamento, eleito deputado federal. Desejo-lhe sucesso no Congresso Nacional.

Srs. Juízes, Srs. Deputados, Srs. Desembargadores, minhas amigas e meus amigos, poucos juristas alcançaram tanto destaque e projeção na história contemporânea do Brasil quanto Marco Aurélio Mendes de Faria Mello. Poucos ostentam tamanho currículo de serviços prestados à Justiça do nosso País. Nomeado em 1990 como ministro do Tribunal Federal, acumula notoriedade em uma carreira norteadas pelo rico conhecimento, senso de justiça, sensibilidade no trato com a coisa pública, isenção, virtude máxima para os que arbitram e decidem seguindo os parâmetros das nossas leis. Reconhecido pela originalidade de seus votos, o ministro Marco Aurélio não se intimida ao defender posições minoritárias na Corte, proferindo, em alguns casos, votos vencidos. Mas o entendimento do ministro, por várias vezes, foi capaz de alterar o entendimento da Corte, fazendo com que algumas das suas teses passassem de vencidas a vencedoras.

Sr. Ministro, Srs. Deputados e Desembargadores presentes, há seis meses, recebi um telefonema de minha querida amiga Fátima Mendonça. Lembro-me de suas palavras: “Marcelinho, você não vai sair da Presidência sem fazer justiça.” E eu disse: “O que é que está precisando fazer justiça neste País?”. Ela disse: “Vocês têm de dar o Título de Cidadão Baiano ao ministro Marco Aurélio.”. E eu disse: “Minha querida Fatinha, eu sou o único deputado nesta Casa que não pode apresentar um projeto de resolução, porque, como presidente, eu serei o magistrado da sessão,

consequentemente eu não poderei fazê-lo. Mas vou procurar um deputado nesta Casa.”.

Sr. Ministro, aqui é a casa do contraditório. Sr. Governador, aqui é a casa dos iguais, mas os iguais aqui são muito diferentes. Talvez em uma das poucas vezes conseguimos a unanimidade, porque todos os 62 parlamentares queriam ser o autor da proposição. Então, como conciliador, sugerimos o deputado Líder do governo, que representa uma base muito consolidada nesta Casa e o Líder da oposição, que representa uma base muito aguerrida neste Parlamento.

Portanto o projeto foi aprovado numa votação secreta à unanimidade. E a Casa do contraditório, a casa das leis, a casa da proporcionalidade foi unânime para aprovar esse título, tão importante para nós baianos.

Sr. Ministro, durante 16 anos, utilizei aquela tribuna para criticar o poder Judiciário. Sou o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição, mas fui obrigado a me curvar pela mudança do Poder Judiciário deste Estado. Disse hoje pela manhã e vou repetir para os companheiros: A Bahia, na Justiça, antes de Dutra Cintra é uma e, após Dutra Cintra, é outra. Passou a ser, ministro, o Poder Judiciário respeitado. Claro que necessitamos de muitos avanços no Poder, mas nós baianos, durante os últimos anos, não vimos nenhum parlamentar naquela tribuna criticar o Poder Judiciário da Bahia.

Portanto, Sr. Ministro, hoje é um dia especial, porque aqui consolida a independência de um Poder e a harmonia com outros poderes.

Nascer na Bahia é uma dádiva de Deus. Imagine nascer no Rio de Janeiro e ser recebido pelo povo baiano. Estou com dois cariocas-baianos ao meu lado.

Portanto, ministro e governador, nós que, às vezes... Imagino que já cheguei no topo do limite máximo da emoção. Emoção quando recebi aqui, há 24 anos, o diploma de deputado. Emoção quando fui eleito pelos pares numa votação secreta de 63 parlamentares, tive 62 votos numa votação secreta. Dizem que o voto negado foi do presidente da Assembleia. Nunca confirmei e nunca neguei.

Portanto, ministro, esta Casa é a Casa do Povo. Nascer na Bahia, repito, é uma dádiva de Deus. A Bahia da Chapada Diamantina, do Pelourinho, de Todos os Santos, do Vale do Jiquiriçá.

Nascer no Rio foi uma decisão exclusiva dos seus pais, da senhora sua mãe e do senhor seu pai. Mas ser recebido e ser baiano foi uma decisão de mais de 15 milhões de pessoas, vez que esta Casa representa a totalidade do povo do nosso Estado.

A Bahia de tantas figuras ilustres, de João Ubaldo, de Jorge Amado, de Castro Alves, de Anísio Teixeira, de Mangabeira, de Cosme de Farias, de Ivete Sangalo, de Gilberto Gil, de Caetano passa a ser, a partir de hoje, a Bahia do ministro Marco Aurélio.

Muito obrigado. (Palmas.)

Antes de encerrar a sessão, vamos ouvir o Hino da Bahia, executado pelo

sargento Carlos Lima e do subtenente Josué da Paz, da Polícia Militar.  
(Execução do Hino da Bahia.) (Palmas.)  
O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*